INDÍCIOS DE DESVIO DO RAMAL. INSTALAÇÃO EXTERNA EM DESACORDO COM A ORIENTAÇÃO TÉCNICA DA PRÓPRIA CONCESSIONÁRIA. REFATURAMENTO QUE SE IMPÕE. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA. DISCORDÂNCIA DOS VALORES LANÇADOS QUE NÃO JUSTIFICA A SUSPENSÃO DOS PAGAMENTOS. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA PARA EXCLUIR DA CONDENAÇÃO A VERBA INDENIZATÓRIA. 1. Verificada a discrepância entre o consumo aferido pelo medidor e o consumo mensal estimado pelo perito, cabível o refaturamento das contas com base no consumo apurado pela perícia; 2. "É lícita a interrupção do serviço pela concessionária, em caso de inadimplemento do usuário, após prévio aviso, na forma da lei." (Enunciado sumular nº 83, TJRJ); 3. In casu, o laudo pericial confirma a ocorrência de cobranças excessivas, efetuadas acima do consumo médio estimado pelo expert, havendo indícios de desvio de energia do ramal da unidade consumidora. Instalações externas que não atendem orientação técnica da própria concessionária. Refaturamento que se impõe; 4. A mera discordância dos valores lançados na fatura não justifica a inopinada suspensão dos pagamentos. Assim, a posterior interrupção do serviço não configura dano moral. Precedentes; 5. Recurso parcialmente provido. Conclusões: Por unanimidade de votos, deu-se parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

116. APELAÇÃO 0003498-13.2016.8.19.0205 Assunto: Indenização por Dano Moral / Responsabilidade Civil / DIREITO CIVIL Origem: CAMPO GRANDE REGIONAL 2 VARA CIVEL Ação: 0003498-13.2016.8.19.0205 Protocolo: 3204/2018.00019160 - APELANTE: MAURICIO DE MELO TORRES ADVOGADO: ROSE TORRES RIBEIRO DE SOUZA OAB/RJ-107369 APELADO: HSBC BANK BRASIL S A BANCO MULTIPLO ADVOGADO: JOÃO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB/RJ-062192 **Relator: DES. LUIZ FERNANDO PINTO** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO. DÉBITO DE VALOR MÍNIMO EM CONTA CORRENTE INEQUÍVOCA CIÊNCIA DO CONSUMIDOR QUANTO AO OBJETO CONTRATUAL. PRETENSÃO DE MODIFICÁ-LO QUE RESSOA COMO VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM. AUTORIZAÇÃO CONTRATUAL PARA DESCONTO DE DÉBITO DE CARTÃO DE CREDITO EM CONTA CORRENTE. INEXISTÊNCIA DE PRÁTICA DE ATO ILÍCITO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO AUTURAL. SENTENÇA QUE SE MANTÉM. 1. Não pode o consumidor, sem incorrer em venire contra factum proprium, pretender a modificação de negócio cujo conteúdo conhecia amiúde; 2. No caso concreto, o autor, ora apelante, admite a contratação de cartão de crédito com a instituição financeira ré, aduzindo que não teria autorizado o débito em conta corrente do valor mínimo devido em fatura; Ciência do autor quanto aos termos do contratado, de modo que a improcedência do pedido é medida que se impõe. Jurisprudência do Col. STJ; 3. Valor mínimo debitado na fatura do cartão de crédito que sujeita-se, por consequência, aos acréscimos dos encargos do crédito rotativo; 4. Descabimento dos pedidos de repetição de indébito e de indenização por dano moral, ante a inexistência da prática de ato ilícito pela instituição financeira, ao efetuar descontos na conta do autor, ora apelante; 5. Improvimento do recurso, nos termos do voto do Relator. Conclusões: Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

117. APELAÇÃO 0483703-28.2015.8.19.0001 Assunto: Contratos Bancários / Espécies de Contratos / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 7 VARA CIVEL Ação: 0483703-28.2015.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00020967 - APELANTE: MAURILIA BENEVIDES CARNEIRO ADVOGADO: MARCOS ANTONIO GONÇALVES DA SILVA OAB/RJ-185623 APELADO: BANCO DAYCOVAL S A ADVOGADO: CYNTHIA DE TOLEDO SANCHEZ OAB/RJ-030996 **Relator: DES. LUIZ FERNANDO PINTO** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE EMPRÉSTIMO C/C. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELO DA AUTORA. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CARACTERIZADO. NÃO COMPROVADA A PRÁTICA DE ATO ILÍCITO POR PARTE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA RÉ. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA QUE SE MANTÉM. 1. "O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar: I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste; II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro" (art. 14, caput e §3º, Lei nº 8.078/90); 2. O ônus da prova incumbe ao autor quanto ao fato constitutivo de seu direito, nos termos do artigo 373, I, CPC; 3. In casu, a autora contratou empréstimos com a instituição financeira ré, com prévia ciência dos juros praticados e a legalidade de sua capitalização; 4. Dano moral não configurado, em razão da não comprovação da prática de ato ilícito por parte da instituição ré; 5. Recurso improvido, nos termos do voto do Relator. Conclusões: Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

118. APELACAO / REMESSA NECESSARIA 0004536-72.2016.8.19.0007 Assunto: Gratificações Municipais Específicas / Sistema Remuneratório e Benefícios / Servidor Público Civil / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: BARRA MANSÁ 1 VARA CIVEL Ação: 0004536-72.2016.8.19.0007 Protocolo: 3204/2018.00019847 - APE: MUNICÍPIO DE BARRA MANSÁ ADVOGADO: FABIANA POMPEU PINTO OAB/RJ-120154 APDO: MARIA APARECIDA DE REZENDE CARREIRO ADVOGADO: RUBEM CANDIDO PIRES DA SILVA OAB/RJ-101347 ADVOGADO: LEONARDO RODRIGUES BARALDO OAB/RJ-185901 **Relator: DES. LUIZ FERNANDO PINTO** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. REMESSA NECESSÁRIA. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C COBRANÇA. PROFESSORA APOSENTADA DO MUNICÍPIO DE BARRA MANSÁ QUE POSSUÍA CARGA HORÁRIA DE 35 HORAS SEMANAIS. IMPLEMENTAÇÃO DO PISO SALARIAL NACIONAL. DIREITO ÀS DIFERENÇAS PRETÉRITAS DESDE A EDIÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 11.738/2008. DECLARADA CONSTITUCIONAL PELO STF. OBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE DO VENCIMENTO PAGO PELO ENTE MUNICIPAL À CARGA HORÁRIA DE TRABALHO DA AUTORA. MUNICÍPIO QUE FICA OBRIGADO A RECOLHER A TAXA JUDICIÁRIA QUANDO, NA QUALIDADE DE RÉU, SUCUMBIR NA DEMANDA, DE ACORDO COM O ART. 115 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. SÚMULAS 42 DO FETJ/RJ E 145 DESTE TRIBUNAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. Conclusões: Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

id: 2912811

*** DGJUR - SECRETARIA DA 25ª CÂMARA CÍVEL ***

DECISÃO
-----

001. REMESSA NECESSARIA 0000176-15.2017.8.19.0022 Assunto: Prazo de Validade / Concurso Público / Edital / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN VARA ÚNICA Ação: 0000176-15.2017.8.19.0022 Protocolo: 3204/2018.00055738 - AUTOR: PRISCILA CONCEIÇÃO DOS SANTOS ADVOGADO: JOSE MARIO DUTRA DOS SANTOS DUARTE OAB/RJ-161753 REU: MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN ADVOGADO: VINÍCIUS CORDEIRO OAB/RJ-062752 **Relator: DES. LEILA MARIA RODRIGUES PINTO DE CARVALHO E ALBUQUERQUE**